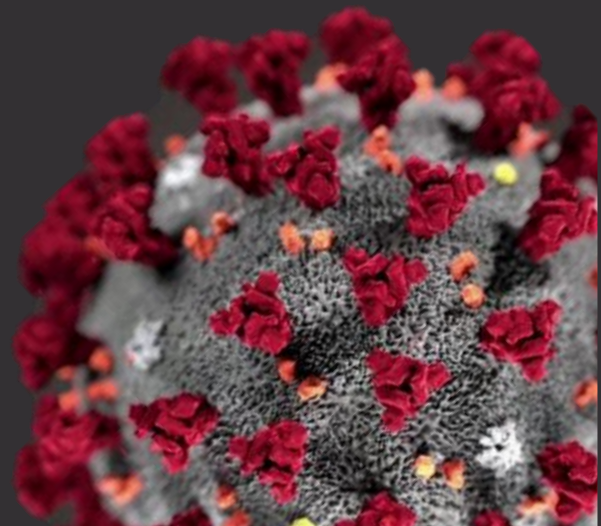


Painel de Monitoramento

Impactos da COVID-19 no mercado de trabalho de Minas Gerais



O Painel de Monitoramento do Mercado de Trabalho é uma produção da Secretaria de Desenvolvimento Social (Sedese), por meio da Subsecretaria de Trabalho e Emprego (Subte), que tem por objetivo acompanhar e atualizar as principais repercussões da pandemia de Covid-19 sobre o mercado de trabalho no Estado de Minas Gerais. Nesta edição você confere:

- Requisições de Seguro-Desemprego;
- Estatísticas do SINE em Minas Gerais;
- Situação de bares e restaurantes;
- Impacto no setor de festas e eventos;
- Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI);
- Perspectivas para o turismo brasileiro;
- Comércio varejista em Minas Gerais.

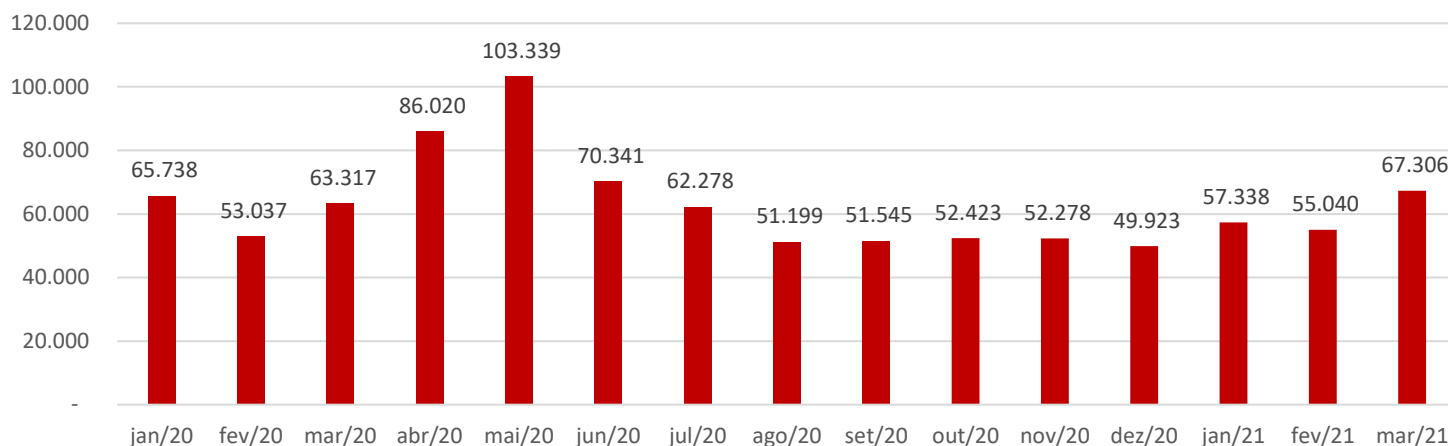
SEGURO-DESEMPREGO

Minas Gerais registra 67.306 requisições do benefício em março, aumento de 22% em relação a fevereiro de 2021

Diante do prolongamento da pandemia de Covid-19 em Minas Gerais e no Brasil, e das consequentes medidas de isolamento social necessárias para conter o avanço do coronavírus, o mercado de trabalho em 2021 tem reagido às incertezas socioeconômicas desse contexto. No caso de Minas Gerais, o retrocesso de doze das quatorze macrorregiões de saúde para a onda roxa do Programa Minas Consciente e a permanência das outras duas macrorregiões na onda vermelha, indicam a urgência da adoção de medidas mais restritivas para a circulação de pessoas. Nesse sentido, a observação do indicador de requisições do Seguro-Desemprego, a partir dos dados disponibilizados pelo Ministério da Economia, oferece parâmetros para a análise retrospectiva da dinâmica de demissões no mercado de trabalho formal no estado.

Em março de 2021, foram realizadas 67.306 solicitações do Seguro-Desemprego em Minas Gerais, número este que é 22% superior àquele registrado no mês imediatamente anterior. Se comparado com o mesmo período do ano passado, ou seja, março de 2020, também é possível verificar um aumento do indicador, ainda que com uma variação menos significativa (6,3%). Esse resultado verificado em março é fruto, sobretudo, de uma inflexão observada no setor de Serviços, responsável por 35,2% da demanda pelo benefício. Na sequência surgem o Comércio (27,9%) e a Indústria (17%), seguidos pela Construção (12,9%) e pela Agropecuária (6,8%).

Requisições do Seguro-Desemprego em Minas Gerais



Fonte: Ministério da Economia ([Coordenação-Geral de Gestão de Benefícios](#))

Se analisado o contexto brasileiro, à semelhança do que aconteceu em Minas Gerais, é possível identificar que o indicador de requisições do Seguro-Desemprego em março de 2021 apresentou alta de 20,5% em relação ao mês anterior. Na comparação com o mesmo período do ano passado, no entanto, esse crescimento percentual foi menor, alta de 9,1%.

Dando sequência a essa análise retrospectiva, é curioso observar que, apesar de o número de demissões em fevereiro ter atingido quase 1,3 milhões de trabalhadores com carteira assinada, menos de 500 mil pedidos de Seguro-Desemprego foram requeridos no mesmo período, ou seja, 37,6% do total. No acumulado entre fevereiro de 2020 e fevereiro de 2021, dentro dos 16,4 milhões de desligamentos, foram 7,2 milhões de pedidos, menos da metade do total.

De acordo com a Secretaria Especial de Previdência e Trabalho do Ministério da Economia, existe uma clara correlação entre o número de desligamentos apresentados no CAGED e o número de solicitações de Seguro-Desemprego. No entanto, a divergência entre as estatísticas se deve ao fato de que o CAGED registra os desligamentos de todos os tipos, sem distinção de critérios, enquanto o Seguro-Desemprego possui condições legais para que possa ser concedido como, por exemplo, necessidade de que o trabalhador não tenha sido dispensado por justa causa, informa a secretaria. Além disso, existe o fator de decisão dos brasileiros dispensados, que podem optar por não requerer o benefício, e até mesmo aqueles que saem de um emprego e conseguem uma recolocação imediata, sem precisar solicitar o Seguro-Desemprego – como o número de contratações superou o de demissões em 401 mil em fevereiro, esse pode ter sido o caminho de boa parte dos brasileiros demitidos.

Partindo para uma análise social dos dados do Seguro-Desemprego, é possível identificar que o público requerente do benefício é majoritariamente masculino (60,4%). Além disso, esses trabalhadores demitidos possuem, em sua maioria, idade entre 30 e 39 anos e escolaridade até o Ensino Médio completo. Em Minas Gerais, possivelmente em virtude da suspensão temporária dos atendimentos presenciais dos postos de atendimento do SINE ou da Superintendência Regional do Trabalho, as requisições do Seguro-Desemprego foram feitas principalmente por meio dos canais digitais (73,5%).

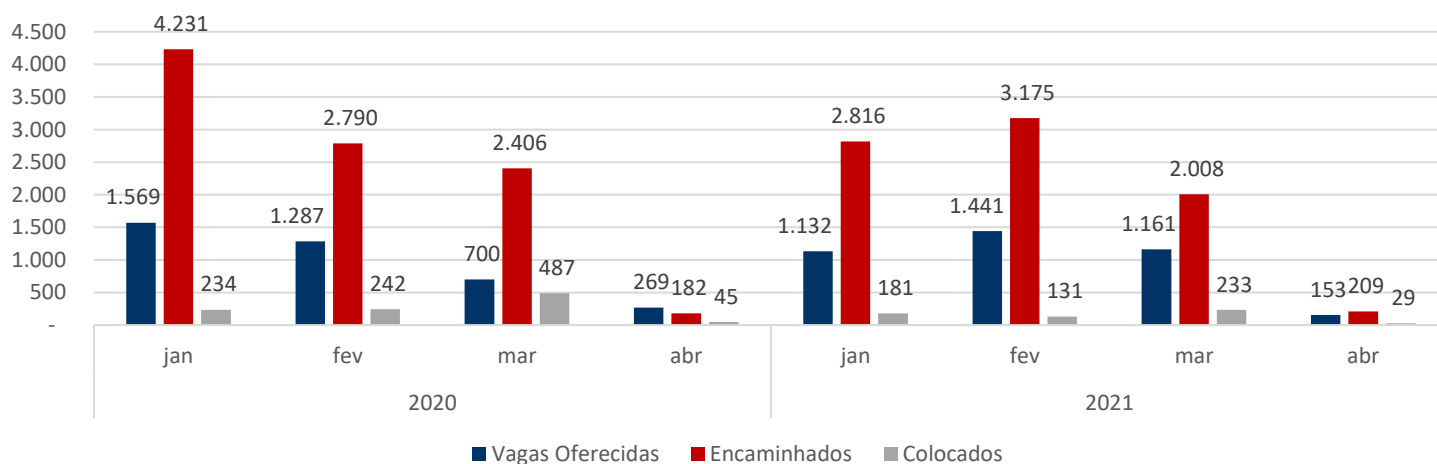
ESTATÍSTICAS DO SINE EM MINAS GERAIS

Rede SINE ofereceu 3.887 vagas de emprego no primeiro quadrimestre de 2021 em Minas Gerais

De acordo com dados provenientes da Base de Gestão que mensura as estatísticas de atendimento do SINE em Minas Gerais, os postos de atendimento da rede distribuídos pelo estado ofertaram, apenas no primeiro quadrimestre de 2021, 3.887 vagas de emprego, número que corresponde a 62 oportunidades de trabalho a mais do que aquelas registradas no mesmo período do ano passado. Neste mesmo quadrimestre, foram computados 8.208 encaminhamentos às vagas de emprego, ou seja, o direcionamento de trabalhadores para os processos seletivos dos contratantes. Este número expressivo frente ao total de vagas ofertadas deve-se ao fato de que um trabalhador pode ser encaminhado para até três oportunidades de emprego, ao mesmo tempo em que o empregador pode optar por receber diversos candidatos para participar do recrutamento de uma mesma vaga e, a partir dessa amostra, selecionar o perfil mais adequado para a ocupação.

Ainda tomando por base o primeiro quadrimestre de 2021, os dados analisados indicam que 574 trabalhadores conseguiram uma colocação no mercado de trabalho por meio dos serviços oferecidos pela Rede SINE de Minas Gerais. No entanto, é curioso ressaltar que este número representa uma queda de 43,5% em relação ao total de colocações registrado no mesmo período de 2021, fenômeno este que pode ser explicado a partir de duas principais hipóteses. A primeira delas trata essa diminuição como consequência da retração de 14,5% que foi registrada sobre o indicador de encaminhamentos, ou seja, com um contingente menor de candidatos procurando as unidades do SINE para pleitear uma vaga de emprego, os empregadores têm mais dificuldade de selecionar o candidato ideal. A segunda hipótese levanta a possibilidade de que os contratantes estejam exigindo profissionais cada vez mais qualificados e experientes, uma demanda que tende a tornar-se cada vez mais comum diante dos altos níveis de desemprego, fazendo com que trabalhadores jovens e/ou menos escolarizados sejam sistematicamente reprovados em processos de recrutamento e seleção.

Estatísticas do Sine - Minas Gerais



Fonte: Ministério da Economia – Base de Gestão IMO/SD
 Dados de abril contabilizados até o dia 12 do referido mês

SETOR DE BARES E RESTAURANTES

Paralisa das atividades durante a pandemia agrava situação financeira dos estabelecimentos e provoca demissões

Há mais de um ano, o setor de bares e restaurantes se viu diante da necessidade de paralisar temporariamente suas atividades, que, até antes da pandemia, eram responsáveis por movimentar boa parte da economia de Minas Gerais – conhecida como a terra dos botecos – e do Brasil. Com o esvaziamento desses estabelecimentos, que viviam lotados de clientes, surge agora o imperativo de se reerguer da crise financeira e dos impactos causados pela pandemia de Covid-19.

Antes do registro dos primeiros casos da doença no estado, o setor contava com 133 mil estabelecimentos e cerca de 800 mil postos de trabalho em Minas Gerais. No entanto, após tantas adversidades de faturamento, 30 mil empresas decretaram falência e 250 mil trabalhadores perderam o emprego. Ademais, diante do decreto da onda roxa, a mais restritiva do programa Minas Consciente, que resultou em mais um fechamento do comércio, a situação do setor, que já era preocupante, tende a se agravar ainda mais. Em Belo Horizonte, dos 12 mil estabelecimentos, 3.500 fecharam as portas, e 30 mil das 72 mil pessoas que trabalhavam no segmento estão desempregadas.

Se analisado o número de falências e desocupações na Região Metropolitana de Belo Horizonte (RMBH), é notório um crescimento expressivo, especialmente visto que a capital mineira tem influência sobre cidades vizinhas em diversos aspectos socioeconômicos e de transmissão da doença. Para se ter uma ideia, ao todo, a RMBH contabilizava 22 mil bares e restaurantes em funcionamento, o que gerava cerca de 135 mil empregos. Com a chegada da pandemia, 7 mil estabelecimentos não suportaram a crise e encerraram as atividades, fenômeno que levou à demissão de 50 mil profissionais do segmento.

Segundo o presidente do Sindbares/BH, Paulo Pedrosa, o setor teme um aumento ainda maior de desemprego e falências, já que, só nos três primeiros meses de 2021, 73% das empresas tiveram de dispensar pessoal. “Uma situação extremamente delicada, uma crise jamais vista na história da categoria. Só em 2020, aproximadamente, contando gastronomia e hotelaria, tivemos 17 mil pessoas desempregadas e mais de 2 mil empresas encerraram as atividades, trocaram de ramo, deram baixa no CNPJ”, afirmou.

Em paralelo a isso, o presidente da Associação Brasileira de Bares e Restaurantes de Minas Gerais (Abrasel-MG), Matheus Daniel, diz que a falta de capital em caixa impossibilitou o pagamento de salários em fevereiro e março deste ano. Segundo ele, 76% dos empresários enfrentam esse tipo de problema. Além disso, uma pesquisa realizada pela instituição, respondida por 453 empresários do setor em Minas Gerais, entre 1º e 5 de abril, revelou que 90% deles apresentam dificuldades financeiras. “Com o fechamento da maior parte do Brasil, a faixa dos estabelecimentos que faturavam acima de R\$ 140 mil/mês caiu de 19% em março de 2020 para apenas 6% em março deste ano. Isso mostra uma queda brutal no faturamento, atualmente sustentado apenas pelo delivery na maior parte do país”, comenta Matheus Daniel.

Fonte: [Jornal Estado de Minas](#).

SEGMENTO DE FESTAS E EVENTOS

Desde o início da pandemia, ramo soma mais de R\$ 90 bilhões de prejuízos e mais de 20 mil empresas fechadas

Desde o início da pandemia, no ano passado, algumas atividades econômicas seguem totalmente paralisadas ou operando em patamares mínimos de funcionamento, como é o caso do setor de festas e eventos, que poucas vezes recebeu aval para funcionar nos doze primeiros meses de crise causada pela Covid-19. Essas restrições sanitárias atingiram o segmento de forma ainda mais impactante, já que, como já é sabido, aglomerações sem uso de máscara e sem distanciamento adequado são os principais vetores de contaminação pelo Coronavírus.

O setor de festas e eventos contempla mais de 20 atividades, dentre as quais estão envolvidos profissionais de organização e logística, gastronomia, locação de materiais, papelaria e presentes, beleza, audiovisual, trajes, entre outros. Muitos deles precisaram migrar da profissão, para não ir à falência e conseguir sustento em meio à pandemia. No entanto, nem todos tiveram as mesmas oportunidades, segundo a Associação Brasileira de Eventos (Abrafesta).

Em levantamento feito com 700 empresas da Região Metropolitana de Belo Horizonte, uma média de 16% delas faliu e

5.500 profissionais perderam emprego do ano passado para cá.

A Abrafesta informa que, em geral, o setor movimentava anualmente R\$ 250 bilhões em eventos corporativos e outros R\$ 17 bilhões em eventos sociais. No país, a queda de faturamento chega aos 98% e preocupa os empresários do ramo.

Os empreendimentos que seguem ativos estão trabalhando com a organização de eventos remotos como, por exemplo, as lives, que ocorrem por meio de plataformas digitais, já que as transmissões musicais foram bastante requisitadas logo no início da pandemia e serviram de entretenimento para muita gente que permaneceu em casa. Com o tempo, porém, a audiência não se manteve tão alta e a demanda pelo serviço tem se estabilizado em patamares mais baixos.

Diante desse cenário turbulento, a esperança do segmento está concentrada na expectativa de controle da Covid-19 por meio da vacinação em massa, uma forma de contribuição para a retomada dos eventos. Além disso, a oferta de auxílio governamental também desponta como uma demanda frequente para evitar que mais empresas fechem as portas no país.

SITUAÇÃO DA INDÚSTRIA BRASILEIRA

Índice de confiança do empresário industrial cai pelo quarto mês consecutivo em abril, de acordo com CNI

Pelo quarto mês consecutivo, a confiança do empresariado industrial brasileiro apresenta queda, segundo o Índice de Confiança do Empresário Industrial (ICEI). De acordo com o levantamento divulgado no último dia 14 de abril pela Confederação Nacional da Indústria (CNI), foi registrada uma queda de 0,7 ponto no índice relativo a abril de 2021, na comparação com

março. O ICEI varia entre zero e 100 pontos, sendo que valores acima de 50 pontos indicam empresários "confiantes". Apesar da queda, o indicador registrado em abril foi de 53,7 pontos.

Em março, o índice estava em 54,4 pontos. Em abril de 2020, quando o índice refletia de forma mais intensa os efeitos da pandemia na indústria, o ICEI estava em 34,5 pontos. Apesar de ser o quarto mês seguido de queda na confiança empresarial, o índice se mantém acima dos 50 pontos – em uma escala de 100 pontos –, patamar que separa confiança e falta de confiança das empresas na economia brasileira.

No acumulado do ano, a queda chega a 9,4 pontos, acrescenta a CNI. “Há uma visão mais negativa em relação ao momento atual. As expectativas dos empresários para os próximos seis meses até melhoraram moderadamente, mas recuperaram apenas parcialmente a piora do mês anterior”, informou, em nota, o gerente de Análise Econômica da CNI, Marcelo Azevedo.

Condição atual e expectativas

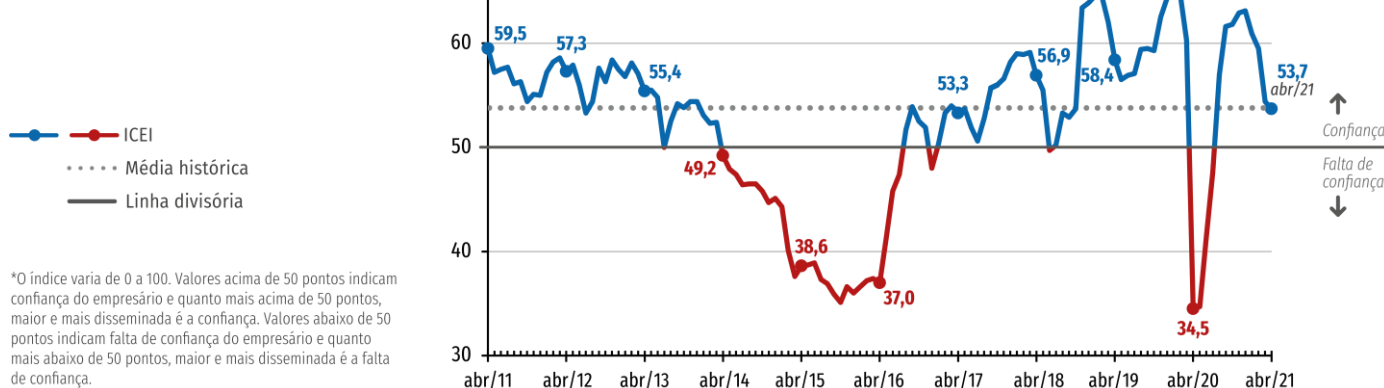
Ainda de acordo com a CNI, o Índice de Condições Atuais caiu 4 pontos, passando de 48,9 pontos para 44,9 pontos. Com o indicador abaixo dos 50 pontos, o resultado indica a percepção de que “a piora do estado atual da economia brasileira e das empresas é mais intensa e disseminada entre os empresários”.

Apesar de uma avaliação mais negativa das condições correntes, os empresários da indústria “mostram maior otimismo com relação aos próximos seis meses”, com uma alta de 0,9 ponto percentual no Índice de Expectativas, que passou de 57,2 pontos para 58,1 pontos.

Este índice de expectativa havia recuado 5,4 pontos na passagem de fevereiro para março. “Ou seja, há uma melhora do otimismo, mas ele não retomou o patamar registrado entre agosto de 2020 e fevereiro de 2021, quando superou os 60 pontos”, acrescenta a CNI.

Série histórica

Índice de difusão*



*O índice varia de 0 a 100. Valores acima de 50 pontos indicam confiança do empresário e quanto mais acima de 50 pontos, maior e mais disseminada é a confiança. Valores abaixo de 50 pontos indicam falta de confiança do empresário e quanto mais abaixo de 50 pontos, maior e mais disseminada é a falta de confiança.

Fonte: [Confederação Nacional da Indústria](https://www.cni.org.br/).

PERSPECTIVAS PARA O TURISMO

Pandemia faz turismo acumular prejuízo de R\$ 312,6 bilhões desde março de 2020

As atividades turísticas já somam um prejuízo de R\$ 312,6 bilhões desde o agravamento da pandemia do novo coronavírus no país, em março de 2020. O setor chegou a março de 2021 operando com aproximadamente 45% da sua capacidade mensal de geração de receitas, calcula a Confederação Nacional do Comércio de Bens, Serviços e Turismo (CNC).

O setor turístico só deve recuperar ao fim de 2022 o nível médio de geração de receitas mensais do pré-pandemia, prevê o economista Fabio Bentes, da CNC, responsável pelo estudo. Em meio ao recrudescimento da pandemia de Covid-19 e ao endurecimento de medidas restritivas a partir de março, a expectativa é de novas perdas significativas no curto prazo, prevê Bentes. No entanto, o avanço da vacinação da população nos próximos meses e a base de comparação deprimida devem melhorar os resultados do segundo semestre.

"Esse prejuízo do setor de turismo está com tendência de alta desde o início do ano. A situação do setor é muito frágil, com tendência de queda. A segunda metade do ano deve ser melhor, se conseguirmos superar a segunda onda da pandemia no Brasil", ressaltou Fabio Bentes, que prevê um avanço de 18,8% no volume de receitas do turismo em 2021.

As perdas mensais de faturamento do turismo brasileiro cresceram de R\$ 13,38 bilhões em março para R\$ 36,94 bilhões em abril, até o pico de R\$ 37,47 bilhões em maio. Houve redução no ritmo de perdas desde então, descendo a um prejuízo de R\$ 34,18 bilhões em junho, R\$ 15,83 bilhões em dezembro e R\$ 13,35 bilhões em janeiro. Com o recrudescimento da pandemia, o mês de fevereiro de 2021 marcou uma interrupção nessa tendência de redução de danos: a perda mensal cresceu a R\$ 15,96 bilhões, subindo novamente em março, a R\$ 22,03 bilhões.

Mais da metade (51,9%) do prejuízo apurado até agora pelo setor ficou concentrado nos estados de São Paulo (R\$ 112,9 bilhões) e Rio de Janeiro (R\$ 49,4 bilhões). A estimativa da CNC considera o que o turismo deixou de arrecadar desde a segunda quinzena de março até o fim de março, tendo como base informações das pesquisas conjunturais e estruturais do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), além de séries históricas referentes aos fluxos de passageiros e aeronaves nos 16 principais aeroportos brasileiros.

O agregado especial de Atividades turísticas cresceu 2,4% em fevereiro ante janeiro, segundo os dados da Pesquisa Mensal de Serviços divulgados no último dia 15 de abril, pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). O segmento de turismo avançou 127,5% entre maio de 2020 e fevereiro de 2021, mas ainda precisa crescer 39,2% para retornar ao patamar de fevereiro do ano passado, no pré-pandemia.

Para mais informações sobre o tema, acesse a matéria completa [clikando aqui](#).

SITUAÇÃO DO COMÉRCIO MINEIRO

Comércio varejista cai 1% em Minas Gerais, segundo IBGE

Após surpreender em janeiro com um crescimento de 8,3% em meio à pandemia da Covid-19, o volume de vendas do comércio varejista mineiro apresentou retração de 1% em fevereiro, na série com ajuste sazonal. O dado foi divulgado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e analisado como uma acomodação dos indicadores pela supervisora de pesquisa econômica da entidade, Claudia Pinelli. A esse fator, aponta ela, também se acrescenta o movimento maior de fechamento das atividades

Apesar do recuo e de o número em Minas Gerais ter sido menor do que a média nacional em fevereiro (0,6%), ainda é possível notar avanços do comércio do estado em outras bases de comparação. Conforme os dados divulgados pelo IBGE, na comparação com fevereiro do ano passado, houve um incremento de 0,4% no setor. O número, aliás, é maior do que o observado no país (-3,8%).

No acumulado de janeiro e fevereiro em relação a igual período de 2020, o avanço do comércio de Minas Gerais foi de 6,2%, enquanto a média nacional ficou negativa (-2,1%). Já quando se analisa o acumulado nos últimos 12 meses, a alta no Estado foi de 4,3%, período em que o crescimento do comércio no Brasil foi 0,4%. Diante desse cenário, Claudia Pinelli salienta que, apesar de todas as imposições ao setor por conta do agravamento da pandemia da Covid-19, o comércio mineiro vem conseguindo superar diversos desafios. Um dos fatores que contribuíram para isso, aponta ela, foram as vendas on-line.

Mesmo assim, por mais que alternativas estejam sendo pensadas, os números ainda estão sob risco de caírem mais. A queda, porém, poderá não ser tão forte justamente por causa das outras formas de comercialização que vêm sendo intensificadas.

Os dados do IBGE revelam ainda quais foram os segmentos do comércio mineiro que mais apresentaram crescimento em fevereiro na comparação com igual período do ano passado. Os avanços mais significativos foram justamente aqueles relacionados à saúde e a produtos de uso doméstico, com incremento de 16,1% em artigos farmacêuticos, médicos, ortopédicos, de perfumaria e cosmético e de 8,9% em móveis e eletrodomésticos.

A tendência de alta desses dois setores também é verificada na variação acumulada em 12 meses. Nesse caso, eles apresentaram incremento de 14,6% e 3,5%, respectivamente. No comércio varejista ampliado, em fevereiro na comparação com igual período de 2020, houve alta no segmento de veículos, motocicletas, partes e peças (4,8%) e no segmento de material de construção (22,4%).